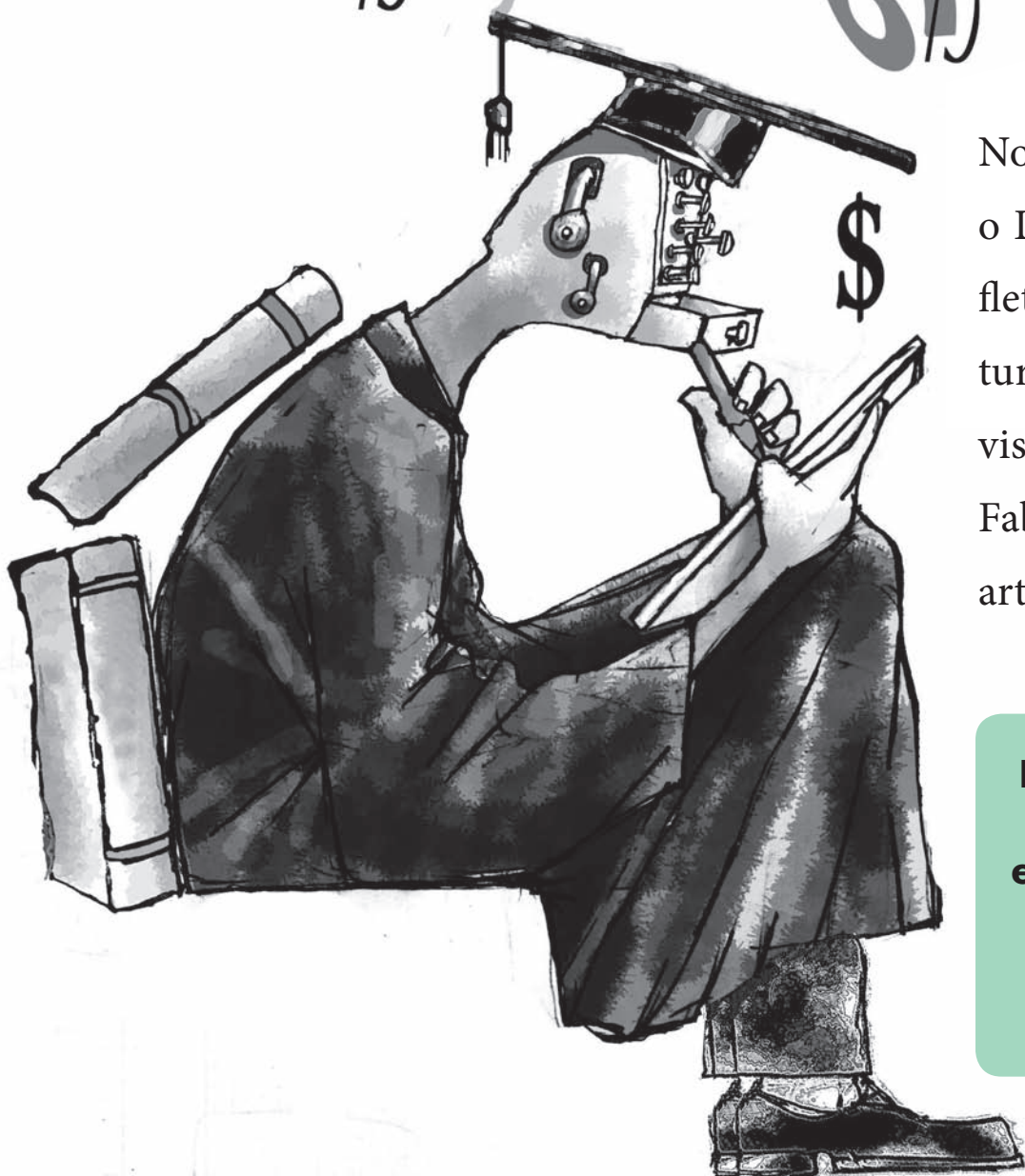


Ensino de Economia

75 93 10% 675 \$ 93



No mês em que comemoramos o Dia do Economista, o *JE* reflete sobre a formação dos futuros economistas em entrevistas com Rubens Sawaya, Fabio Freitas e Leda Paulani e artigo de Alan Freeman.

Nicholas Trebat analisa as crises americana e europeia; FPO detalha as ações voltadas para as mulheres do Rio de Janeiro.

Editorial

Ensino de economia

■ A Lei nº 1.411, que rege as atividades profissionais dos economistas, foi promulgada em 13 de agosto de 1951, e é, portanto, nesta data que comemoramos o Dia do Economista. Esta celebração inspirou a equipe do JE a dedicar a edição deste mês à discussão sobre a formação dos estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Este bloco temático consiste de três entrevistas com professores universitários diretamente envolvidos com o ensino de Economia e com a reflexão sobre as diretrizes e alternativas para a formação dos novos economistas.

Rubens Sawaya, professor e coordenador do curso de Economia da PUC-SP e secretário executivo da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), apresenta dados sobre o ensino, critica o foco dos cursos no pensamento neoclássico e afirma que o mercado demanda profissionais com capacidade de pensar e agir diante do complexo, e não de técnicos.

Fabio Freitas, coordenador da pós-graduação em Economia do IE-UFRJ, detalha a linha pluralista da graduação da instituição, aponta as principais dificuldades dos alunos e tece importantes considerações sobre o exame da ANPEC.

Leda Paulani, professora da FEA-USP, corrobora as críticas à visão monocórdia da maioria dos cursos de Economia no Brasil e no mundo, nos quais o pensamento ortodoxo é dominante e os estudantes não têm acesso ao instrumental teórico de outras visões.

Fechando o bloco temático, publicamos um artigo de Alan Freeman, presidente da Association for Heterodox Economics – AHE (Associação pela Economia Heterodoxa), no qual faz uma defesa bem fundamentada da importância do pluralismo no ensino de Ciências Econômicas. O “economista do amanhã”, afirma, deve ter a capacidade de identificar, selecionar, adaptar e interrogar criticamente toda série de teorias relevantes para cada problema concreto.

Nas páginas seguintes, o JE dá sequência à análise da crise econômica mundial. Artigo do economista Nicholas Miller Trebat sentencia que as crises americana e europeia são, de certa forma, autoimpostas pelas classes dominantes nas duas regiões.

Já o Fórum Popular do Orçamento, a partir da discussão sobre o impacto e a abrangência da Lei Maria da Penha, detalha a execução orçamentária das ações voltadas para o público feminino do município e do estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

- 3 Ensino de Economia - Entrevista: Rubens Sawaya
“Deixou-se de ensinar os paradigmas marxista e keynesiano sobre o funcionamento do capitalismo para focar no ‘pensamento único’ neoclássico, agora com ‘cara de ciência’ imposto por uma matemática hermética.”
- 5 Ensino de Economia - Entrevista: Fabio N. P. de Freitas
“Nosso objetivo é que os alunos tenham o domínio do conhecimento na área de Economia e não que sejam dominados por esse conhecimento, como geralmente é o caso de alunos ‘treinados’ em escolas mais próximas à orientação do mainstream econômico.”
- 7 Ensino de Economia - Entrevista: Leda Paulani
“A Economia é uma ciência conflagrada desde o seu nascimento, e isso se acentuou nos últimos 30 anos. Passar para o aluno apenas uma visão de como a Economia funciona não é verdadeiro. Ele fica limitado na sua capacidade de análise, de pensar.”
- 9 Ensino de Economia - Alan Freeman
Economistas do amanhã: A questão do pluralismo nas Ciências Econômicas
- 11 Crise econômica - Nicholas Miller Trebat
As crises autoimpostas dos EUA e da Zona do Euro
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Lei Maria da Penha
- 16 JE publicará resumo dos trabalhos vencedores do Prêmio Monográfico

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
 E SINDECON - RJ
 Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

“Deixou-se de ensinar os paradigmas marxista e keynesiano sobre o funcionamento do capitalismo para focar no 'pensamento único' neoclássico, agora com 'cara de ciência' impostado por uma matemática hermética.”

Entrevista: Rubens Sawaya



Rubens Sawaya é professor e coordenador do curso de Economia da PUC-SP, professor da FACAMP, ex-presidente e atual secretário executivo da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), autor do livro *Subordinação Consentida* (Editora Fapesp/Annablume, 2006) e diretor da Insight Consultoria Econômica.

P: Está aumentando ou diminuindo a demanda pelo curso de Economia? A qualidade dos alunos e professores tem melhorado ou piorado nos últimos anos?

R: Segundo dados do INEP, o número de candidatos para o vestibular em Economia elevou-se de 57 mil no ano de 2000 para 61 mil em 2003. A partir daí declinou para 43 mil em 2007, quando voltou a subir, atingindo 50 mil em 2009. No computo geral, portanto, a tendência foi declinante apesar do forte crescimento nos últimos dois anos. O volume de vagas ofertadas pelas instituições também demonstra a mesma tendência.

Ano a ano a qualidade dos alunos se mostra declinante. O principal fator é a formação ruim do ensino médio, tendência histórica e que ainda persiste. O segundo fator é a pouca seletividade dos vestibulares,

que permitem o ingresso de alunos fracos. As instituições de melhor qualidade apresentam competitividade no vestibular e recebem por isso alunos com melhor formação.

Há uma grande diferença entre as instituições que privilegiam a qualificação de seus professores, incentivando a elevação do volume de mestres e doutores em seus quadros. Há aquelas instituições que não se importam com isso e possuem cursos de pior qualidade, com professores “horistas” sem dedicação ao ensino e pesquisa. As características de nossa ciência exigem uma formação elevada dos professores para a qualidade do curso. É isso que permite a realização da ponte entre a teoria e fenômenos do cotidiano. Isso é fundamental para um bom curso. Para isso, uma boa formação plural do corpo docente é central.

A variação de demanda está

ligada a essa incapacidade dos cursos darem conta dessa complexidade na prática, a fim de apresentar soluções concretas para problemas reais.

P: O instrumental teórico e o receituário do pensamento ortodoxo mostraram-se totalmente inadequados para explicar e lidar com a recente crise econômica mundial. Você está contente com o peso que o pensamento neoclássico tem na grade curricular do ensino de Economia, em detrimento de outras correntes?

R: O peso do pensamento neoclássico é excessivo. Reconstituiu-se com base na ideia de que faltavam microfundamentos, diga-se racionalidade do homem econômico neoclássico pré-keynesiano, para a macroeconomia. Isso significou um golpe sobre a complexidade pensada por Marx e por Keynes, com um retorno ao pensamento neoclássico walrasiano anterior. A economia parece ser a única ciência que regride no tempo. E esse tipo de pensamento está incrustado nas provas da ANPEC, que seleciona nossos futuros professores, perpetuando o problema.

Deixou-se de ensinar os paradigmas marxista e keynesiano sobre o funcionamento do capitalismo para focar no “pensamento único” neoclássico, agora com “cara de ciência” impostado por uma matemática hermética. Deixou-se de ensinar a realidade concreta em toda sua complexidade para en-

sinar “modelos” distantes da realidade, alcançáveis pela tortura dos dados num processo de limpeza, de retirada do que é contraditório e que desvia de uma regressão coerente ao gosto do pensamento neoclássico.

Ensinar aos alunos a complexidade das discussões a serem feitas sobre o comportamento das pessoas e dos mercados é fundamental para formar um profissional capaz de lidar com essa realidade, de tomar decisões coerentes frente à realidade cambiante.

Fixado em um conjunto de “verdades absolutas” ligadas a uma realidade imaginária, o pensamento neoclássico não pôde ver e entender a crise atual. Para ele a realidade é “perfeita” e o equilíbrio é a natureza. A complexidade, o desequilíbrio, são exceções.

Só é possível compreender a realidade concreta com formação plural, aberta à discussão e que considera tudo que nossa ciência conseguiu construir até agora.

P: As questões sociais, como educação, distribuição de renda, pobreza e saúde, são discutidas com a ênfase necessária no curso de Economia? E as questões ambientais, têm o destaque devido? O ensino de Economia está excessivamente matematizado?

R: No geral, nos bons cursos essas questões direta ou indiretamente estão em pauta. Não é necessária a constituição de disciplinas específicas para que isso ocorra. O problema central é

que tipo de base teórica está por trás e não é explicitada; que tipo de ideologia está em sua base. O excesso de matematização de base neoclássica, focada no equilíbrio, acaba por definir uma única forma de abordagem. Esquecem que a Matemática é apenas uma linguagem muito útil para nossas análises e sobre essas questões, mas não tem um fim em si mesma. É apenas uma forma de demonstração das ideias e não a “ideia” em si.

P: O Curso de Economia prepara o aluno para o mercado de trabalho?

R: Cursos que proporcionam uma formação que dê ao aluno capacidade de pensar e encontrar soluções para problemas complexos com criatividade os têm preparado para o mercado. A ANGE e os Corecons, diversas vezes, trouxeram pessoas da área de recursos humanos para dizer o que esperavam de um economista. Sempre reafirmaram que o mercado precisa de profissionais com capacidade de pensar e agir diante do complexo. Não precisam de técnicos sem capacidade de pensar. A formação técnica específica exigida em cada atividade é desenvolvida na própria empresa, nos disseram. O que o profissional precisa é de uma formação ampla e sólida, de conhecimento para poder dispor dessa base em sua atividade específica. A formação universitária tem a função de fornecer essa amplitude de soluções e discussões que possibilite a melhor escolha. Saber os paradigmas teóricos permite interpretar melhor o que dizem os diferentes economistas para chegarmos à nossa própria conclusão, de modo a tomar decisões.

P: Muitos economistas não trabalham especificamente na área de economia. Isso é ruim?

Por que isso acontece? Os economistas estão perdendo espaço no mercado de trabalho para os engenheiros e administradores de empresas?

R: O curso em Ciências Econômicas é uma formação que permite compreender o mundo por determinado ângulo. Normalmente se confunde formação com atividade profissional. O Sebastião Salgado é ou não um economista? A formação permite a atuação em uma enorme gama de atividades, o que é típico de nossa formação.

Prejudicamos essa ideia quando chamamos de “economista” apenas aqueles que trabalham em banco e só sabem olhar para o nível das taxas de juros e os índices de preços. Assim, não perdemos espaço para qualquer outra formação. Um engenheiro nunca será um economista completo, embora seja também treinado para resolver problemas complexos. Eles não têm o conhecimento sobre a discussão econômica, não possuem as ferramentas básicas a serem escolhidas para solucionar ou mesmo entender os problemas. Na crise de 2008-2009 vários físicos foram demitidos de Wall Street por não entender o que seus modelos significavam. Claro, nosso erro foi e continua sen-

do querer competir com eles na capacidade matemática, crendo ser esta a única ferramenta. Nesse quesito eles são melhores do que nós. Nós mesmos criamos e abrimos espaço para que eles viessem a estudar economia em mestrados e doutorados. Facilitamos isso pela estrutura do exame ANPEC.

Quanto aos administradores e contadores, ambos trabalham técnicas para o controle eficiente de fluxos dentro das empresas. Não competem conosco por não terem condições de entender a complexidade dos fenômenos que estão no entorno das ações e decisões das empresas, nossa função enquanto economista. O economista olha a empresa de dentro para fora, define sua ação estratégica no mercado. O administrador e o contador olham para dentro, buscando otimizar seus fluxos, o que nós também fazemos, mas com olhar estratégico. Nós abandonamos o que nos diferencia. O conhecimento teórico posto por diversos paradigmas que nos permite julgar os números e atuar estrategicamente a fim de subverter o mercado para seu melhor funcionamento.

P: Que papel devem exercer o conselho e o sindicato de economistas em termos do ensino de Economia e do mercado de trabalho?

R: As instituições representativas dos economistas têm a função de demonstrar qual é o papel do economista. Por que fomos tão importantes nos anos 60-70 para as empresas e a sociedade? Com o pensamento neoclássico, passamos anos defendendo que o “mercado” tudo resolve, que não é necessário planejamento estratégico nem por parte das empresas, nem do governo. Demos tiro no nosso próprio pé. Não somos necessários. Aproveitando esse momento de crise, é hora de mostrarmos nossa função: entender a complexidade e propor soluções e planos estratégicos. Isso se tornou mais importante dado o grau de internacionalização a que a economia chegou, exigindo conhecimento profundo sobre estrutura de setores produtivos, a política econômica, as estratégias econômicas dos países que não se deixaram levar pela falácia das “leis do mercado”. Nós economistas temos formação e sempre fomos pagos para subverter as leis do mercado, para dar ordem ao caos. Fomos criados para entendê-las e utilizá-las de forma estratégica a fim de conduzir o mercado. Isso vale tanto para a atuação dentro de uma empresa como do Governo.

Os Corecons têm a função de mostrar a amplitude de nossa formação. Promover debates que recolorem nossa função em prática. Não podemos achar que nosso lugar é o de um engenheiro ou administrador e até mesmo um contador. Nosso lugar é outro. Temos que demonstrar isso ao “mercado”, às empresas. Temos que nos diferenciar. Mostrar esse diferencial é a função dos Corecons.



“Nosso objetivo é que os alunos tenham o domínio do conhecimento na área de Economia e não que sejam dominados por esse conhecimento, como geralmente é o caso de alunos ‘treinados’ em escolas mais próximas à orientação do *mainstream* econômico.”



Entrevista:
**Fabio N. P.
de Freitas**

Fabio N. P. de Freitas é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia (IE) da UFRJ

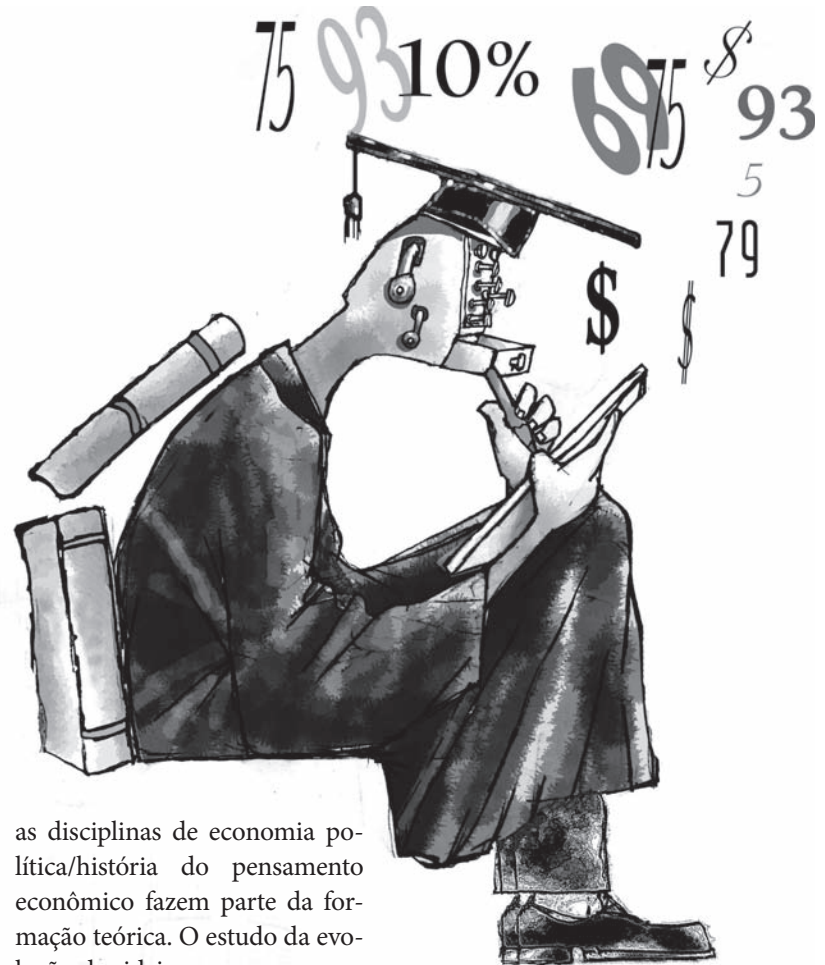
P: *O instrumental teórico e o receituário do pensamento ortodoxo mostraram-se totalmente inadequados para explicar e lidar com a recente crise econômica mundial. Você está contente com o peso que o pensamento neoclássico tem na grade curricular do seu curso? As diferentes escolas de pensamento são abordadas ao longo do curso ou esse tema fica restrito à cadeira história do pensamento econômico?*

R: O curso de Economia da UFRJ segue uma linha pluralista do ponto de vista teórico e metodológico. Nesse sentido, os nossos alunos são expostos a diferentes abordagens teóricas e são instigados a formar uma visão crítica em relação ao conhecimento que estão assimilando. Nosso objetivo é que os alunos tenham o domínio do conhecimento na área de Economia e não que sejam dominados por esse conhecimento, como geralmente é o caso de alunos “treinados” em escolas mais próximas à orientação do

mainstream econômico.

O pensamento neoclássico é coberto em parte do conteúdo de nossas disciplinas obrigatórias, o mesmo acontecendo com os conteúdos de outras escolas de pensamento, muitas vezes com os referidos conteúdos dividindo o espaço de uma mesma disciplina. Acredito que o pensamento da escola neoclássica tem um peso adequado em nosso currículo. Entendemos que uma análise crítica do pensamento dessa escola requer que os alunos a conheçam satisfatoriamente. Sem esse requisito, a crítica tende a ser superficial e frágil em sua sustentação nos fóruns de debate, o que é contraproducente a médio e longo prazo, se o objetivo é criar uma base sólida para a crítica das ideias dominantes. Também é desejável que, além da crítica, o aluno também tenha acesso a visões alternativas, tanto no nível mais abstrato da teoria quanto em relação às implicações de política econômica.

Finalmente, acreditamos que



as disciplinas de economia política/história do pensamento econômico fazem parte da formação teórica. O estudo da evolução das ideias em seus respectivos contextos históricos é um método profícuo de ensino de teoria econômica.

P: *As questões sociais, como educação, distribuição de renda, pobreza e saúde, são discutidas com a ênfase necessária no seu curso? E as questões ambientais, têm o destaque devido? Qual é o peso da Matemática no seu currículo?*

R: As questões sociais e ambientais são contempladas como parte dos conteúdos de nossas disciplinas obrigatórias e eletivas. Tais questões perpassam diver-

sas disciplinas obrigatórias, com destaque para a disciplina de setor público e as duas disciplinas de desenvolvimento socioeconômico, um tema muito caro ao Instituto de Economia da UFRJ. Também existem disciplinas eletivas que se dedicam a tratar integralmente destas questões.

Acreditamos que nos dias atuais os economistas tenham que ter uma sólida formação em métodos quantitativos (Matemática, Estatística e Econometria). Considero que o peso desses conteúdos em nossa grade curricular seja adequado, ofe-

recendo aos alunos um importante método de análise. O problema é que, atualmente, alguns cursos privilegiam o ensino desse método em detrimento do método de análise histórico/institucional, que é indispensável. No curso de Economia da UFRJ os dois conteúdos são contemplados de maneira equilibrada.

P: Quais as cadeiras em que os alunos sentem mais dificuldade e por quê?

R: A maior dificuldade dos alunos é com as disciplinas de métodos quantitativos. Penso que essa dificuldade está relacionada a uma certa imaturidade dos alunos no período iniciais, nos quais se concentram essas disciplinas. Tal imaturidade se revela, por exemplo, na dificuldade em dedicar o tempo necessário fora de sala de aula para dar conta do aprendizado dessas matérias. Também surge pela dificuldade natural de entender imediatamente a utilidade de tais métodos na análise econômica, particularmente no que se refere aos conteúdos de cálculo, álgebra linear e teoria da probabilidade.

P: Temos, em português, livros-textos adequados para o ensino de Economia?

R: No que diz respeito aos conteúdos mais próximos ao pensamento neoclássico, penso que a oferta é adequada. O problema surge quando pensamos nos conteúdos de orientação mais heterodoxa. Aqui existe uma lacuna que também representa um desafio para os economistas com esse tipo de orientação. Na UFRJ, alguns exemplos bem-sucedidos de iniciativa de professores da casa para preencher

essa lacuna são os livros de Economia Industrial, de Economia Monetária e Financeira, de Economia da Energia e de Teorias dos Jogos resultantes de esforços de professores da casa. Além disso, vários professores têm manifestado a vontade de prosseguir na árdua tarefa de escrever e publicar material didático de graduação que tenha uma visão mais crítica em relação ao pensamento dominante e apresente análises alternativas.

P: A monografia de final de curso é importante? Há condições de se dar o apoio adequado ao aluno para desenvolver o trabalho?

R: Penso que o trabalho de final de curso seja importante e nós na UFRJ procuramos dar condições para que os alunos sejam capazes de elaborá-los. Para tanto, temos uma disciplina obrigatória que tem como objetivo preparar os alunos para desenvolver um trabalho dentro dos padrões científicos e que tem como resultado final a elaboração de um projeto de monografia e um dos seus capítulos. Cada aluno desenvolve sua monografia sob a orientação de um professor responsável, que é defendida frente a uma banca composta pelo orientador e mais dois professores. Essa estrutura de apoio tem se mostrado eficaz, sendo que nossas monografias têm sido constantemente premiadas nos concursos existentes.

P: Qual é a sua opinião sobre a qualidade dos estágios oferecidos aos alunos de Economia?

R: Percebo que os estágios são muito heterogêneos, principalmente do ponto de vista das suas contribuições para a formação dos alunos. Fico preocupado

com alguns casos em que claros desvios são cometidos nas atividades de estágio, tais como a exigência de dedicação incompatível com a manutenção de um desempenho acadêmico aceitável e o desrespeito aos horários de funcionamento das atividades de ensino da universidade. Procuramos, na medida do possível, identificar esses desvios e tomar as decisões cabíveis para evitar prejuízos para a formação de nossos alunos.

P: O curso de Economia prepara o aluno para o concurso da ANPEC ou o cursinho é inevitável? Quais os principais problemas que enfrenta a ANPEC?

R: O curso de Economia da UFRJ não tem como objetivo preparar o aluno para o exame da ANPEC. Porém, nossos alunos têm obtido um bom desempenho nesse exame. No meu entender, os cursos preparatórios cumprem papel semelhante aos cursos que preparam para o vestibular. O exame da ANPEC é muito difícil e a preparação para enfrentá-lo requer muita disciplina, organização e dedicação por parte dos alunos. O conhecimento adquirido ao longo de quatro ou cinco anos é aferido em dois dias de provas extenuantes. Penso que os cursos ajudam os alunos principalmente a organizar a sua sequência de estudos e o seu tempo. Todavia, do ponto de vista dos conteúdos exigidos, acredito que o curso de Economia da UFRJ forneça uma base suficiente para os alunos participarem competitivamente do exame.

Agora, o exame apresenta alguns problemas. Percebo que seu nível de dificuldade tem aumentado ano após ano,

em descompasso com o ensino de graduação no país. Com isso, a prova tem maior eficácia na avaliação dos melhores candidatos, digamos entre os 200 primeiros, o mesmo não ocorrendo para os demais candidatos. A pós-graduação em Economia da UFRJ e alguns poucos centros de pós-graduação no país captam seus alunos entre esses 200 primeiros, mas os demais centros de pós-graduação têm maior dificuldade no uso da prova para fins de seleção de seus alunos. Acredito que devemos ter cuidado com essa escalada de dificuldade da prova. Em particular, não devemos deixar que ela seja capaz de pautar o ensino de Economia na graduação, sob o risco de antecipar o acesso dos alunos de graduação a conteúdos que, em outros países de referência no ensino de Economia, só são ministrados na pós-graduação.

P: Na sua opinião, a qualidade dos alunos que ingressam no seu curso tem melhorado ou piorado nos últimos anos?

R: Não percebo nenhuma alteração significativa na qualidade dos entrantes do curso de Economia da UFRJ nos últimos anos.

P: Que tipo de profissional forma o seu curso? O curso de Economia prepara o aluno para o mercado de trabalho?

R: Nossos alunos têm conseguido uma boa inserção no mercado de trabalho, tanto no setor privado como no setor público. Porém, devo destacar que o curso de Economia da UFRJ, nos níveis de graduação e pós-graduação, tem se notabilizado por sua capacidade de gerar quadros para o setor público.

“A Economia é uma ciência conflagrada desde o seu nascimento, e isso se acentuou nos últimos 30 anos. Passar para o aluno apenas uma visão de como a Economia funciona não é verdadeiro. Ele fica limitado na sua capacidade de análise, de pensar.”

Entrevista:
Leda Paulani



Leda Paulani é professora titular do Departamento de Economia da FEA/USP e pesquisadora do CNPq e da FAPESP. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e é autora, entre outros livros, de *Modernidade e Discurso Econômico* (Boitempo, 2005) e *Brasil Delivery* (Boitempo, 2008)

P: Está aumentando ou diminuindo a demanda pelo curso de Economia? Na sua opinião, a qualidade dos alunos e professores que ingressam no curso de Economia tem melhorado ou piorado nos últimos anos?

R: A demanda vem caindo já há uns dez anos ou mais. Além disso, a incompetência que os economistas demonstraram em prever e alertar suficientemente os governos sobre a profundidade da crise de 2008 pode ter tido um impacto, que talvez a gente ainda não tenha percebido, no sentido de tornar mais acentuada essa queda. Contudo, a Economia não é simples nem fácil, de modo que aqueles que ficam e acabam se formando nas melhores escolas, participando do debate, se tornam pessoas bem qualificadas.

Quanto aos professores, tenho participado de muitas bancas de concursos, não só na área de Eco-

nomia, e diria que a qualidade dos professores universitários no Brasil vem caindo. Isso é geral, não é específico da Economia. Mas, de modo geral, acho que a qualidade média dos professores da área de economia ainda é boa.

P: O instrumental teórico e o repertório do pensamento ortodoxo mostraram-se totalmente inadequados para explicar e lidar com a recente crise econômica mundial. Você está contente com o peso que o pensamento neoclássico tem na grade curricular do ensino de Economia, em detrimento de outras correntes de pensamento?

R: Varia de curso para curso, mas há um predomínio quase generalizado do pensamento ortodoxo. Eu acho melhor falar em pensamento ortodoxo do que neoclássico, porque o ortodoxo envolve outras visões. O pensamento ortodoxo é dominante, os livros de

introdução à Economia louvam o pensamento ortodoxo, então ele acaba tendo um peso muito grande nos cursos de graduação e pós-graduação. Isso se faz em detrimento de outras correntes que são, a meu ver, igualmente importantes na formação do economista, em primeiro lugar porque a Economia não é uma ciência em que haja consenso ou unanimidade em relação a determinados problemas. Pelo contrário, a Economia é uma ciência conflagrada desde o seu nascimento, e isso se acentuou nos últimos 30 anos. Passar para o aluno apenas uma visão de como a Economia funciona não é verdadeiro, para começo de conversa. Passa-se como verdade única uma coisa sobre a qual existem várias outras posições. Essa visão monocórdica acaba empobrecendo o economista como profissional, porque ele fica limitado na sua capacidade de análise, de pensar, porque vários instrumentos que outras visões teóricas poderiam lhe proporcionar não são oferecidos a ele.

A gente sabe que há uma batalha muito grande entre a ortodoxia e a não-ortodoxia no ensino da Economia, que infelizmente os heterodoxos não têm ganhado, nem no Brasil nem em outros países. Evidentemente isso não me satisfaz.

P: O ensino de Economia está excessivamente matematizado?

R: A matematização é uma consequência do predomínio do pensamento ortodoxo, convencional, cuja teoria é, quase to-

da formalizada, matematizada. Uma coisa está ligada à outra: se o ensino de Economia está excessivamente matematizado, isso se deve ao predomínio do pensamento ortodoxo.

P: As questões sociais, como educação, distribuição de renda, pobreza e saúde, são discutidas com a ênfase necessária no curso de Economia?

R: Essas questões têm sido tratadas dentro do pensamento ortodoxo. Existe uma área, chamada microeconomia aplicada, que acaba tratando desses assuntos do ponto de vista do pensamento convencional. Mas resta saber se estes temas são tratados na chave correta, dentro do debate sobre o papel do Estado, os direitos do cidadão, a questão republicana. Essa é uma temática da qual o pensamento ortodoxo, assim como o pensamento conservador de modo geral, logo percebeu que tinha que se apropriar, sem o que ele ficaria pouco convincente ideologicamente.

P: E as questões ambientais, têm o destaque devido?

R: A questão ambiental é uma unanimidade. Todo mundo acha que este é um dos temas mais importantes atualmente. Tem gente muito qualificada trabalhando neste campo há muito tempo, pessoas que não são pautadas pelo pensamento ortodoxo. Esse tipo de temática, pela sua própria natureza, acaba sendo às vezes uma válvula de escape para que outras visões teóricas possam ser trabalhadas,

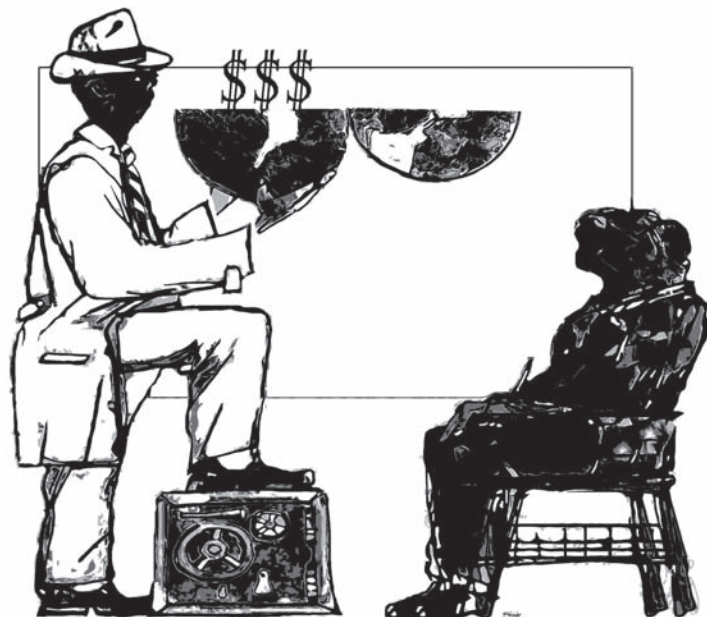
como por exemplo, a dos institucionalistas e as dos heterodoxos de modo geral. Mas essa discussão é marginal dentro do ensino, seja de graduação, seja de pós-graduação. Você tem um ou outro professor pesquisando isso nas boas faculdades, tentando ensinar os futuros profissionais, alertá-los sobre a equação cada vez mais difícil de fechar entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Mas isso não é a regra. A maior parte dos cursos de graduação não tem sequer uma disciplina optativa tratando do problema.

P: Temos, em português, livros-texto adequados para o ensino de Economia?

R: Em parte sim, mas evidentemente a oferta de livros-texto acompanha a demanda feita pelo corpo docente e, portanto, a orientação dos cursos de graduação. Existe uma predominância dos livros sobre o pensamento convencional. Há bons livros sobre a economia brasileira que não se pautam pelo pensamento convencional, por exemplo, ou livros de contabilidade social, inclusive o meu, que está sendo revisado. Mas há muitas lacunas. A gente não tem, por exemplo, um bom livro em português do Brasil, que não traga problemas de tradução, sobre história do pensamento econômico e sobre metodologia.

P: Como você avalia o Enade? É efetivamente um selo de qualidade que o mercado leva em conta?

R: Eu acho que o Enade, assim como o Provão, que o antecedeu, são iniciativas do governo no sentido de, de alguma maneira, tornar menos assimétrica a informação. A maior parte do problema está nos cursos das faculdades privadas. Normalmente os cursos das escolas públicas são bons cursos. Há algumas exceções, mas, em sua maioria, são cursos que



têm certo rigor, uma preocupação de cumprir o currículo do MEC, fazer monografia etc. Mas os cursos privados de modo geral – não estou falando de cursos consagrados, como os da PUC, por exemplo –, têm muito mais dificuldade de cumprir o que a lei exige, não só em Economia. Na ausência de qualquer outra indicação, o Enade acaba funcionando para aqueles que têm que escolher entre os cursos. Funciona, mas não é perfeito.

P: O Curso de Economia prepara o aluno para o mercado de trabalho?

R: Essa é uma discussão complicada. A gente aqui na USP especula se deve deixar o curso mais prático e menos teórico. A teoria acaba sempre fortalecendo os músculos do cérebro, cria uma capacidade de abstração, de rapidamente entender assuntos que você não domina ou conhece, perceber soluções, dar opiniões. Isso é uma coisa que o ensino teórico te dá. Independentemente do viés teórico do curso, se ele for bom de teoria, o sujeito acaba com uma boa capacidade de abstração. Os métodos quantitativos são importantes. Evidentemente, nenhum economista se forma sem eles. Mas eles não podem ser exclusivos na formação do

economista. Eu não sou partidária daqueles que dizem que o curso de Economia tem que ser um curso prático. Faz sentido você ter disciplinas que aproximem o economista do mundo que ele vai encontrar lá fora, mas não um curso que seja mais “técnico”. Isso é mais uma coisa de administração do que propriamente de economia.

P: Muitos economistas não trabalham especificamente na área de economia. Isso é ruim? Por que isso acontece? Os economistas estão perdendo espaço no mercado de trabalho para os engenheiros e administradores de empresas?

R: Em primeiro lugar, o espaço para a atuação do economista como economista mesmo não é muito grande nem nunca foi. Ele tem espaço por excelência no setor público, de modo geral, nos grandes grupos de capital, no gerenciamento dos negócios, no mercado financeiro, mas não é um espaço tão grande assim. Isso de os economistas não trabalharem no ramo já acontecia com a minha turma, e me formei há mais de 30 anos. Fui trabalhar como economista na assessoria macroeconômica de um banco de investimento, mas a grande maioria dos meus colegas foi para outras

áreas. Alguns foram trabalhar em análise de sistemas, em gerenciamento, em departamentos de RH. Se você pensar bem, o espaço da economia, tirando o Banco Central, o Ipea, o Ministério da Fazenda, as Secretarias de Finanças, o mercado financeiro e os grandes grupos de capital, não é grande.

O engenheiro e o administrador podem eventualmente ocupar o espaço do economista, e têm ocupado, no mercado financeiro. Mas um economista bem formado pode ocupar vários postos e desempenhar diferentes funções, enquanto um engenheiro ou administrador não tanto.

P: Qual o maior interesse dos alunos em termos do mercado de trabalho: concursos públicos, setor financeiro ou setor privado em geral?

R: Hoje em dia o setor financeiro é um fetiche. Muitos alunos têm essa expectativa de trabalhar no mercado financeiro, porque remunera muito bem e é o coração do sistema. Quando abre um concurso para o Ipea, Banco Central ou Tesouro Nacional, claro que os alunos ficam tentados. Mas eu diria que, infelizmente, o mercado financeiro é muito atraente.

P: Que papel deve exercer o Conselho de Economia em termos do ensino de Economia e do mercado de trabalho?

R: Eu acho que os Conselhos têm que lutar pela qualidade do ensino de Economia, pela manutenção de alguns princípios que a reforma curricular de 1985 instituiu e pela manutenção do pluralismo teórico nos cursos. É claro que esta última tarefa não é das mais simples e está longe de ser fácil, mas os últimos acontecimentos da economia mundial demonstram que ela não pode, nem deve, sair do horizonte.

Economistas do amanhã: A questão do pluralismo nas Ciências Econômicas¹

■ Alan Freeman

O que é pluralismo?

O pluralismo restabelece o abandonado princípio acadêmico da controvérsia. Reconhece que tanto o efetivo desenvolvimento da teoria e sua aplicação válida dependem do melhor debate entre as ideias contrastantes e opostas.

Nas Ciências Econômicas, o pluralismo tem sido muito mal apresentado como sinônimo de heterodoxia. De fato, a polarização entre a ortodoxia e a heterodoxia surge por causa da concepção monoteórica² de que o trabalho do economista é propor uma simples teoria ou paradigma teórico, identificado por antecipação de evidências, sem considerar as alternativas conflitantes. A economia “ortodoxa”, a qualquer tempo, separa e qualifica um único corpo teórico como central. A heterodoxia surge precisa e somente quando a ortodoxia trata, sem razões válidas além do mero desacordo, outras idéias como sem serventia ao mérito.

O economista pluralista torna explícita a abordagem teórica alternativa relevante para qualquer problema dado, independente de concordar ou não, apresentando as diferentes soluções e políticas que possam surgir de cada abordagem, as pressuposições nas quais se assentam e suas bases – em qualquer caso dado – para escolher dentre tais alternativas.

O pluralismo tem amplas implicações na relação entre a sociedade e as Ciências Econômicas, cuja direta e estreita relação com a prática política é também única. Na estrutura monoteórica, esta relação é concebida, tanto pelo cliente como pelo proponente, como aquela em que o economista providencia uma única “resposta certa” que o tomador de decisões adota. O pluralismo, em contraste, apresenta escolhas para o tomador de decisões, assegurando-se que este não atue meramente como um “tomador de conselhos”.

O pluralismo, resumindo, se estabelece sobre dois funda-

mentos. Primeiro, a diferente concepção de teoria econômica, mais próxima da declaração de nossa irmã “Ciências Sociais”. Segundo, uma concepção diferente da prática econômica competente, mais próxima da descrição de Dearing³ sobre a moderna abordagem no Reino Unido da “aproximação entre educação superior e sociedade”.

O que não é pluralismo?

O pluralismo, assim concebido, envolve o princípio da controvérsia na definição de teoria econômica. A característica definidora do “economista do amanhã” deve ser a capacidade de manusear e assegurar a discordância, as diferentes opiniões para identificar, selecionar, adaptar e interrogar criticamente toda série de teorias relevantes para cada problema concreto. Somente com base nesses princípios o economista do amanhã pode esperar, em cada conjuntura, o confronto com a requerida mente aberta para assim compreendê-la. Esta é a base para o pluralismo na Economia bem como no ensino de Economia.

O pluralismo caracteriza-se como um rompimento radical com a ideia de que o conhecimento econômico deve reduzir-se a um conjunto de princípios ou técnicas que surgem da equivocada tentativa de alcançar a unidade quando pouco ainda foi alcançado. O resultado é a dissolução do pensamento numa variedade de monismos em disputa – a abordagem neoclássica, a abordagem neo-austría-

ca, keynesianismo, marxismo e assim por diante, cada qual procurando se estabelecer como única verdade.

Esta luta inconveniente promove a equivocada concepção de que o pluralismo é um truque para substituir uma ortodoxia por outra. Na verdade, o pluralismo crítico das Ciências Econômicas tem como objetivo propor a substituição de todas as ortodoxias pelo entendimento real da diversidade. Propõe equipar o praticante para selecionar, dentre todas as teorias, aquela que melhor se ajusta às evidências. Para isto ser alcançado, os estudantes precisam primeiro entender não aquilo em que os economistas concordam, mas porque discordam.

O pluralismo, então, anda de mãos dadas com o pensamento crítico. Além das afirmações de teorias conflitantes, o estudante precisa compreender as premissas que fundamentam cada uma delas. Considere, por exemplo, a hipótese dos mercados eficientes, que se figura extensivamente na recente crítica sobre a performance da economia. Buitter⁴ argumenta que:

“Em ambas as abordagens, a neoclássica e a keynesiana, da teoria monetária (e na macroeconomia agregada em geral), a mais forte versão da hipótese dos mercados eficientes (HME) foi mantida. Esta é uma hipótese que afirma que os preços agregam e refletem totalmente toda informação fundamental e assim providenciam a sinalização para a alocação dos recursos. Mesmo durante as décadas de setenta, oitenta, noventa e na primeira do novo milênio



e antes de 2007, a manifestação falaciosa da HME em muitos mercados-chaves era óbvia para virtualmente todos aqueles com habilidades cognitivas não desvirtuadas pela educação moderna dos cursos de Ph.D. anglo-norte-americanos. Mas a maioria dos profissionais continuou engolindo o anzol, a linha e o chumbo da HME, ainda que amparados em defensores influentes da razão proplada, incluindo James Tobin, Robert Shiller, George Akerlof, Hyman Minsky, Joseph Stiglitz e a abordagem behaviorista das finanças. A influência das abordagens heterodoxas... foi, entretanto, estritamente limitada⁷.

A HME, ele nota acertadamente, tornou-se assunto implícito na teoria da finança, ainda que seja uma hipótese e não uma teoria comprovada. Deveria ter sido considerada a possibilidade de que em determinadas circunstâncias essa hipótese poderia não ser válida, e identificar quando poderia ser válida. Para ser competente em assumir tais questões, é necessário que os envolvidos encontrem alguém que tanto reconheça que este não é um fato estabelecido como tenha uma abordagem que não presuma essa coordenação perfeita. Uma pequena lista incluiria a crítica vigorosa de Keynes à Lei de Say; a crítica austríaca aos pressupostos walrasianos; a acurada e relevante explicação de Marx sobre as crises capitalistas; a noção de destruição criativa de Schumpeter; e a abordagem behaviorista de Shiller.

Os estudantes treinados para levar em conta essas hipóteses alternativas compreenderiam também seu contexto histórico. Tendo absorvido as lições dos períodos passados da história, eles poderiam ter removido a poeira

de seus livros de História do Pensamento Econômico para estudar a relação entre 2009 e 1929. Teriam visto as preocupações de Galbraith e Minsky e teriam percebido que as opiniões sobre o papel dos bancos e do Estado deveriam ser deixadas de lado, uma vez que as condições pressupostas não mais se aplicam.

A educação plural teria fornecido aos economistas de hoje um entendimento sobre as alternativas aos modelos de HME, ainda que este lhes tenha fornecido seus métodos de escolha. Como abordagem para crise, poderiam ter reconhecido a relevância da teoria da preferência pela liquidez de Keynes, a importância da teoria do fluxo de fundos bancários e a disputa sobre os ciclos de negócios dos anos 1920 que nos deram os NBER⁵, bem com as teorias de Hayek sobre o ciclo econômico. A familiaridade com Schumpeter os teria sensibilizado para a importância das ondas longas, e os teria sintonizado com as críticas behavioristas e institucionalistas.

Dois benefícios do pluralismo podem ser sumarizados: equipa o economista para verificar de forma regular e crítica as hipóteses que formam qualquer julgamento, bem como para evitar o emprego destas diante da ausência de evidência para responder a novos e não-antecipados fenômenos.

Além disso, um erro de concepção comum é ver o pluralismo como uma desculpa para a falta de rigidez. O pluralismo não é um substituto para um padrão estabelecido: é um padrão.

O pluralismo não reivindica que não exista algo como verdade ou a falsidade. Estabelece que, em última instância, o teste da teoria é a evidência. O propósito da pesquisa é julgar o que é

verdade, e o propósito da educação é equipar os estudantes para fazer julgamentos. Estes não podem ser feitos em antecipação à realização de testes empíricos. Nós ainda não sabemos se a atual crise seria mais bem entendida se usássemos as bases de Buiter, Shiller, Krugman, Friedman, Keynes, Schumpeter or Marx. Portanto, sem prejulgamento, devemos confrontar cada abordagem, sem excluir nenhuma delas e, com base nas evidências que emergem, julgá-las.

O pluralismo não é um método contrário ao das ciências, mas o método *das* ciências, como Fullbrook⁶ demonstra, delineado em um rico trabalho sobre filosofia da ciência.

Não há evidências de que o pluralismo constitua uma frouxidão nos padrões profissionais. É de longe mais difícil – mas também muito mais necessário – entender e demonstrar de forma justa um ponto de vista que discordamos do que simplesmente repetir as crenças de alguém ou, pior ainda, as crenças de um superior. Além disso, é muito mais provável que um estudante que entende os argumentos contrários a uma teoria irá compreender melhor o que ela realmente diz.

O pluralismo não é relativismo. Não permite aos pesquisadores ou estudantes assumir qualquer coisa que lhes deixe contente. Ao contrário, requer economistas competentes para dialogar com as teorias que lhes deixam particularmente infelizes.

Ginger Rogers certa vez salientou que tinha que fazer tudo que Fred Astaire fazia, mas de trás para diante e em alta performance. Os economistas plurais não só aspiram suas próprias e preferidas linhas de pensamento como também as de seus principais oponentes. A objeção mais comum é a de que o pluralis-

mo é difícil para os estudantes, os quais não gostam de ter que entender tantas teorias. É verdade, mas não se pode, simultaneamente, reclamar que o pluralismo é difícil e com isso cair em um relaxamento dos padrões.

Mais dois benefícios do pluralismo devem ser clarificados: obriga os economistas a reagir criativamente frente aos problemas não-resolvidos e lhes impõe um espírito de questionamento teórico. Em ambos os casos, impede ao praticante o luxo de recorrer a fórmulas mecânicas que, ainda que tenham sido bastante trabalhadas, não podem legitimamente ser apontadas como testadas.

* Alan Freeman é presidente da Association for Heterodox Economics (AHE).

1 O presente artigo é parte do original *The Economists of Tomorrow: the case for a Pluralist Subject Benchmark Statement for Economics*, *International Review of Economics Education*, vol. 8, issue 2, pp.23-40, 2009. Tradução Vladimir Michalet e Rubens Sawaya.

2 Este termo foi introduzido em e por Freeman, A. and Kliman, A. (2008). *Beyond Talking the Talk*, in Fullbrook, E. (ed.) (2008) *Pluralist Economics*, London: Zed Books.

3 Dearing, R. (1997). *Report of the National Committee of Inquiry into Higher Education* ('The Dearing Report') London: TSO.

4 Buiter, W. (2009) *The unfortunate uselessness of most "state of the art" academic monetary economics*, *Financial Times*, 3 March 2009.

5 National Bureau of Economic Research (NBER) são as organizações de pesquisas, privadas e sem fins lucrativos, dedicadas aos estudos das Ciências Econômicas empíricas, especialmente nos Estados Unidos. Compromete-se e se responsabiliza em disseminar pesquisas econômicas de modo imparcial entre autoridades públicas, profissionais do setor privado e comunidades acadêmicas. O NBER está localizado em Cambridge, Massachusetts, com ramificações em Palo Alto, Califórnia, e Nova York.

6 Fullbrook, E. (2001). 'Real Science is Pluralist' post-autistic economics newsletter issue 5, (March). Retrieved September 2009 from <http://www.paecon.net/PAEtexts/Fullbrook1.htm>. Fullbrook, E. (2008) (ed.) *Pluralist Economics*. London: Zed Books.

As crises autoimpostas dos EUA e da Zona do Euro

■ Nicholas Miller Trebat*

A crise financeira que vem afetando as economias avançadas desde 2008 ganhou novos contornos nas últimas semanas com o pacote aprovado pela União Europeia (UE) para a economia grega e com o debate nos EUA em torno do “teto” do endividamento público. O fato imediato que levou a mais uma medida emergencial para Grécia foi a evidência de que a especulação contra títulos gregos e espanhóis começou a atingir as economias centrais da zona do euro, com a forte desvalorização da moeda frente ao franco suíço no início de julho e a escalada na taxa de juros, incidindo sobre títulos italianos. O debate nos EUA começou com a declaração pelo Tesouro, em maio deste ano, de que o governo federal havia alcançado o seu limite legal de endividamento de US\$ 14,3 trilhões.

Essas novidades ainda são reflexos, de forma mais ou menos direta, da crise financeira mundial que seguiu o estouro da bolha imobiliária norte-americana em meados de 2007.

Os eventos nos EUA atingiram diretamente a economia europeia, devido à exposição de bancos europeus aos ativos imobiliários que causaram a crise financeira americana. A partir de setembro de 2008, o valor dos títulos públicos dos países periféricos começou a

cair em relação aos alemães e franceses. Isso aconteceu porque investidores aumentaram a sua demanda por títulos considerados mais seguros, mesmo que, no caso da “eurozona”, títulos públicos de países diferentes sejam denominados na mesma moeda.

A situação na Grécia se tornou mais crítica quando o governo Papandreou anunciou, em 2009, que o déficit orçamentário de 2008 havia sido subestimado. No entanto, a razão dívida/PIB grega começou a subir significativamente so-

mente depois da crise financeira de 2008. Até 2007, o forte crescimento econômico grego havia mantido essa razão em níveis mais estáveis.

É comum a ideia de que a crise enfrentada pela Grécia é resultado dos gastos irrespon-

sáveis do governo grego e de uma legislação trabalhista que inflaciona salários e destimula aumentos de produtividade. Mas é importante lembrar que



a Grécia, assim como Espanha e Irlanda, era uma das economias mais dinâmicas da Europa até 2007. Dados da OCDE demonstram que a produtividade do trabalho na Grécia cresceu 2,21% a.a. entre 1998 e 2007, mais que na França e Alemanha. A remuneração do trabalhador grego cresceu no mesmo período a uma taxa de 1,39%, igual à taxa francesa e apenas marginalmente superior à alemã. Quanto a gastos sociais, dados da OCDE e Eurostat, a agência estatística da União Europeia, demonstram que os gastos com aposentadorias, seguro-desemprego, saúde e outros programas sociais na Grécia eram menores, como percentagem do PIB, do que na Alemanha e bem menores do que na França.

A imprudência fiscal, portanto, não parece ser de suma importância no desencadeamento da crise grega. Se fosse, Espanha e Irlanda, cujos títulos também se tornaram alvos de especuladores, estariam numa situação diferente, pois esses países foram os maiores exemplos de prudência fiscal dentro da zona do euro antes de 2007, apresentando, entre 2002 e 2007, déficits dramaticamente inferiores, como percentagem do PIB, aos registrados na Alemanha.

Dois fatores estão por trás da severa recessão enfrentada pelos países periféricos da eurozona: primeiro, a crise financeira mundial rompeu as bases do padrão de crescimento anterior desses países, baseado, na Grécia e Espanha, em taxas de juros baixas, crédito ao consumidor abundante e valorização imobiliária. Segundo, como membros da zona do euro, os governos

carecem da autonomia político-econômica necessária para induzir a recuperação macroeconômica.

Governos geralmente tentam estimular a economia utilizando combinações variadas de políticas fiscal, monetária e cambial. Como adotaram uma moeda basicamente estrangeira, as economias periféricas da eurozona não têm como recorrer a nenhuma dessas opções. Evidentemente, a desvalorização cambial não oferece uma saída, e a política monetária está a cargo do Banco Central Europeu (BCE), que a despeito das flexibilizações recentes, é proibido de comprar dívida pública diretamente dos países-membros. Assim, os governos nacionais têm pouco controle sobre a taxa de juros que incide sobre os seus próprios títulos.

A situação é diferente nos EUA, onde o dólar é uma moeda fiduciária genuinamente nacional. Se as taxas de juros, sejam as de curto ou longo prazo, aumentarem para níveis indesejados, o banco central americano pode intervir no mercado de títulos do Tesouro, forçando os juros para baixo. Como o emissor de papel-moeda, o Fed possui capacidade ilimitada para fazer tais intervenções, como demonstrou após a crise de 2008, quando adotou a política de *quantitative easing* para estabilizar o preço dos títulos do Tesouro. Esse poder do Fed permite, inclusive, o governo federal americano a gerar déficits fiscais persistentes sem ter que recorrer a investidores privados ou a outros países para “financiá-los”.

Isso nos leva à política fiscal. Como não emitem moeda própria, os países periféricos

da eurozona teriam que incorrer em déficits por alguns anos para sustentar a demanda agregada. O problema é que, para aumentar as despesas, os governos precisam vender títulos a investidores privados ou ao BCE. Como mencionamos, o BCE é, em tese, proibido de comprar títulos dos governos nacionais da zona, e apesar de ter como objetivo estabilizar o valor dos títulos periféricos, os fundos recentes criados por ele exigem desses países, em contrapartida, drásticos cortes fiscais. Obviamente, vendas de títulos a investidores privados também não abrem possibilidades de política fiscal para países como Grécia, pois é justamente o desejo do mercado de se desfazer dos títulos gregos que forçou o governo a recorrer ao BCE e ao FMI.

Essas observações sugerem que, se os países mais fracos da eurozona insistirem em se manter “euroizados”, enfrentarão uma recessão longa e punitiva. As taxas de desemprego na Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha estão atualmente em 16%, 12%, 14 e 21%, respectivamente. Forçados a cortar gastos, Grécia e Irlanda sofreram drásticas quedas de produção nos últimos anos, muito superior às projeções do FMI. O PIB irlandês declinou 10% em 2009, contra a previsão de crescimento de 1% do FMI. O PIB grego declinou 6,6% no ano passado, e o crescimento negativo do produto fez a razão dívida pública/ PIB aumentar de 125% em 2009 para 142,8% no ano seguinte.

O mais recente programa de 109 bilhões de euros para Grécia revela as bases neoliberais do projeto monetário europeu. Como todos os resgates finan-

ceiros preparados para esse país até agora, o objetivo básico, além de evitar contágio para as economias centrais, é de transferir ativos públicos dos balanços de investidores privados para os balanços dos governos europeus fortes, principalmente Alemanha. Desde 2009, bancos privados estrangeiros reduziram em cerca de 25 bilhões de euros a sua exposição aos títulos gregos, enquanto os governos da União Europeia aumentaram a sua exposição de zero para 120 bilhões de euros. Como o *New York Times* apontou, “o plano mais recente da Europa para sustentar a Grécia parece de modo suspeito um plano para amparar bancos europeus”¹. Em 2010, a maior parte da dívida desse país estava em mãos de bancos ingleses, alemães e franceses.

As condições impostas à Grécia, em troca do apoio financeiro, reforçam essa tese. Primeiro, o pacote de “ajuda” aumenta o estoque de dívida grega ao forçar o governo a tomar empréstimos no valor de 55 bilhões de euros para quitar dívidas existentes e comprar garantias para os seus títulos de longo prazo. Segundo, os recursos são condicionados a novas medidas de austeridade, incluindo a aceleração das privatizações. Vimos acima como medidas semelhantes comprometeram o desempenho das economias grega e irlandesa em 2010.

Embora as políticas de *bailout* e austeridade não pareçam fazer sentido do ponto de vista macroeconômico, fazem bastante sentido do ponto de vista dos interesses de credores privados: elas afastam a possibilidade de um colapso imediato e fornecem tempo

para que credores privados possam limpar os títulos gregos dos seus estoques de ativos. Crucialmente, o envolvimento da União Europeia e do FMI aumenta a capacidade de barganha dos credores privados diante do governo grego. Sem o poder coercivo dessas instituições, o governo grego, sentindo a pressão de suas classes médias e baixas, poderia ser mais inclinado a declarar moratória, ou impor condições mais duras aos credores.

“Teto” de endividamento: a falsa controvérsia americana

Como se sabe, o limite de endividamento não é um limite técnico e sim um limite legal imposto pelo Congresso americano. Desde 1960, o Congresso elevou o teto 78 vezes, 49 vezes durante administrações Republicanas (sobretudo a de Ronald Reagan) e 29 vezes durante governos Democratas. O que diferencia o debate atual é que este ocorre em meio a uma recessão severa. Grupos empresariais, *think-tanks* (como o Pew Economic Policy Group) e líderes políticos aproveitam o clima de crise para argumentar que a dívida americana está fora do controle devido ao excesso de generosidade com funcionários públicos e programas sociais. O raciocínio é que, assim como os gregos, os americanos precisam cortar gastos públicos para evitar cair na dependência de financiadores externos, como a China.

É importante destacar que o volume da dívida pública não impõe limites à capacidade fiscal do governo americano. Primeiro, a razão dívida líquida/

PIB, o indicador relevante, é relativamente baixa nos EUA (pouco acima de 60%). Segundo, o enorme contingente de desempregados no país torna a visão monetarista, em que gastos públicos e/ou a emissão de moeda somente criam inflação, irrelevante. Terceiro, e mais importante, o governo federal, como detentor de uma moeda soberana, não precisa do aval nem do dinheiro de outros agentes, como a China ou bancos privados, para gastar em sua própria moeda.

A posição do dólar como moeda de reserva internacional também concede grande flexibilidade à política fiscal americana. Países não-emissores de moedas de reserva, como o Brasil, enfrentam uma restrição fiscal importante no sentido que são obrigados a obter, através das exportações, por exemplo, divisas para quitar obrigações em moeda estrangeira. Se a quantidade de divisas cair para um nível considerado baixo, o governo pode ser forçado a reduzir gastos públicos para economizar divisas e conter a especulação contra a moeda nacional.

A política fiscal americana não é sujeita a essa restrição, pois a divisa internacional é a própria moeda americana, o que significa que as importações e outras obrigações são sempre pagas em dólar. Enquanto o petróleo e outras commodities internacionais forem cotados em dólar, algo que depende, em última instância, do poder militar americano, a moeda continuará tendo esse status especial. Assim, o fato de o balanço de pagamentos americano ser negativo, ou de que um governo estrangeiro é o maior

credor do Tesouro, não impõe limites significativos às despesas públicas.

Essas observações não fazem parte do debate *mainstream* nos EUA, e o presidente Obama não apenas adotou o discurso da “responsabilidade fiscal” como se tornou mais conservador em matéria de política fiscal do que muitos Republicanos. As recentes propostas de Obama para reduzir o déficit, e assim convencer o Congresso a elevar o teto, incluem cortes substanciais nos três principais programas sociais nos EUA: Social Security (previdência), Medicare (seguro público de saúde para idosos) e Medicaid (seguro público de saúde para indigentes).

Note que, se os defensores da redução dos gastos fiscais fossem sérios, proporiam cortes dramáticos não em programas sociais, que não tem impacto relevante na dívida pública, mas em categorias que beneficiam grandes empresas, como os gastos militares. Ao contrário do que muitos supõem, os gastos militares cresceram em termos reais durante o governo Obama. Como percentagem dos gastos federais em bens e serviços (aqueles que têm impacto direto sobre o PIB), o presidente manteve as despesas militares em torno de 70%.

Essas observações nos permitem tecer comparações entre as crises americana e europeia. Primeiro, elas são, de certa forma, autoimpostas pelas classes dominantes nas duas regiões. No caso americano isso é evidente. Se existisse um clima político propício, o governo federal poderia reduzir imediatamente o contingente de desempregados no país (e no resto do mundo) sem incorrer em pro-

blemas fiscais. O caráter autoimpositivo da crise europeia se revela nos tratados que fundaram a união monetária, que criaram regras para impedir que governos nacionais tivessem mecanismos para estimular a geração de emprego. Da mesma forma que líderes nos EUA possuem plenas condições de reduzir o nível do desemprego, os países do euro poderiam criar instituições com os mesmos poderes que o Fed e o Tesouro americanos. É a improbabilidade dessa hipótese num futuro próximo que sugere que a melhor opção para os países periféricos da zona do euro é rejeitar a sua subjugação ao euro e aos interesses franco-alemães e voltar ao sistema de moedas nacionais.

A insistência dos periféricos em manter o euro demonstra que, como nos EUA, a mudança para uma política econômica orientada para a geração de empregos depende de uma retomada de poder político das classes trabalhistas. As manifestações recentes no sul da Europa e no Meio-Oeste americano podem sinalizar um futuro *New Deal* do século 21 nas duas regiões centrais do capitalismo avançado. As perspectivas, porém, não são promissoras. O mais provável é que as economias americana e europeias se mantenham estagnadas, até que mudanças, como a intensificação da luta de classes ou a ameaça, para a elite norte-americana, do crescimento chinês, alterem o *status quo* político e coloquem essas economias em outra trajetória.

* Nicholas Miller Trebat, economista, ECEX-UFRJ. 1 *New York Times*, Jack Ewing. 25 de julho de 2011.

Lei Maria da Penha

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A sanção da Lei Maria da Penha ampliou o enfoque sobre a necessidade de aparatos e instrumentos legais de proteção da mulher vítima de violência, coibindo a discriminação por gênero. Porém, ficam as questões de como tal Lei se reflete nas políticas direcionadas à mulher e até que ponto ela é efetiva no combate à violência.

Com base nestas reflexões, apresentaremos a execução orçamentária das ações voltadas para o público feminino do município e do estado do Rio de Janeiro. Abordaremos ainda o cumprimento das emendas legislativas voltadas para a política de gênero nos dois níveis de governo.

Como praxe, o FPO promoveu o debate “A Lei Maria da Penha é pra valer?” para esclarecer a aplicação da Lei. O início do evento foi marcado pela apresentação de uma cena da peça “Marias do Brasil”, promovida pelo Centro do Teatro do Oprimido. A mesa debatedora contou com a presença da sindicalista Virgínia Berriel, da delegada Márcia Noeli, da advogada Ana Paula Sciammarella e da economista Ruth Espínola Soriano de Mello, como mediadora.

Município do Rio de Janeiro

Para o cálculo do Orçamento Mulher, que em média corresponde a 1,19% do orçamento total da Prefeitura, foram selecionadas ações direcionadas à população feminina dispostas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual. Adicionamos

ainda ao cálculo o montante referente aos hospitais-maternidade do município.

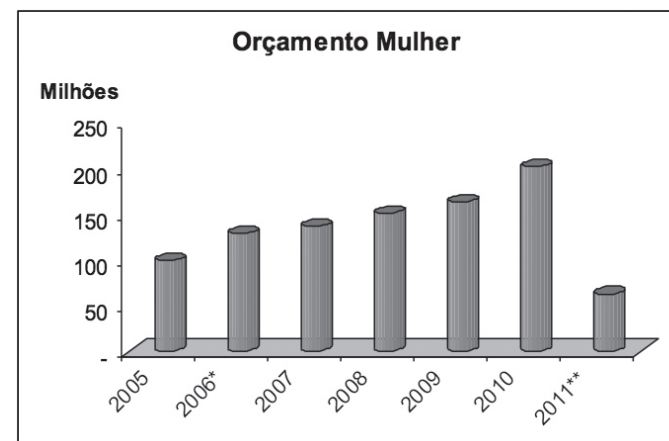
O Gráfico 1 apresenta o histórico do Orçamento Mulher nos últimos sete anos. Verifica-se que a despesa dobrou, passando de R\$ 99 milhões¹ em 2005 para R\$ 201 milhões em 2010. Para 2011, estão previstos gastos de R\$ 205 milhões, sendo que até maio foram executados 31% desse total.

Dentro do Orçamento Mulher destacamos duas ações. A primeira é a Ação desenvolvida pela Coordenadoria Especial da Promoção da Política para Igualdade de Gênero (CEPIG), que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida e garantir a igualdade de gênero rompendo com o ciclo de violência contra a mulher. Dados orçamentários dessa ação seguem na Tabela 1, evidenciando a contradição da ação governamental: aumento da previsão com baixa realização.

Já Ações de Atenção Integral aos Ciclos de Vida e Gênero têm por objetivo promover a saúde, prevenir e controlar agravos relacionados aos ciclos de vida e ao gênero. Como podemos observar na Tabela 2, o valor liquidado se encontra bem abaixo da dotação inicial. Em 2010, foi gasto um terço do que havia sido previsto. Para 2011, a meta física foi aumentada. Porém, de forma também paradoxal, a dotação foi reduzida em 70%.

De todo o Orçamento Mulher foi encontrada apenas uma ação relativa à “mulher-em-si” (caso do CEPIG), já que a maioria das ações promove o amparo às gestantes ou a manutenção de creches, ou seja, são projetos e atividades voltados para as “mulheres-mães”.

Gráfico 1



* Decretada a Lei Maria da Penha. ** Valores liquidados até maio/2011. Fonte: Prestações de Contas 2005-2010 e FINCON Maio/2011.

Estado do Rio de Janeiro

Para os dados estaduais não foi possível formular o Orçamento Mulher. Ações de saúde voltadas ao público feminino e à rede de creches não foram localizadas no orçamento estadual. Assim, poucas ações voltadas para as mulheres foram analisadas.

No período de 2003 a 2005, houve ações voltadas às atividades do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e do Centro Integrado de Atendimento à Mulher. Os gastos realizados tiveram uma média de R\$ 144 mil. Em 2006, ano da criação da Lei Maria da Penha, e 2007 não houve ações destinadas ao público feminino.

No PPA 2008/2011 consta uma ação voltada exclusivamente às mulheres: Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Seu objetivo e as metas físicas estão apresentados na Tabela 3. Apesar de no PPA esta atividade estar prevista para os quatro anos, ela não esteve presente na Lei Orçamentária Anual de 2009.

Os dados orçamentários desta ação, além de mostrarem que as metas físicas provavelmente não foram atendidas, mostram uma incompatibilidade com o PPA, pois a ação apresenta menos produtos em 2011 e a dotação inicial para o ano foi a maior desde o surgimento desta atividade.

Tabela 1

Meta Física					
	2010	2011	2012	2013	Total
Atendimento Efetuado	800	800	800	800	3200
Evento Realizado	30	30	30	30	120
Execução Orçamentária (em R\$)					
	Previsto (A)	Liquidado (B)	(B)/(A)		
2010	725.066,73	69.404,83	9,6%		
2011	937.026,02	37.959,83	4,1%		

Fonte: PPA (2010-2013), Prestação de Contas 2010 e FINCON Maio/2011.

Outra ação estadual foi o Apoio ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Esta ação tem o objetivo de aprimorar os serviços jurídicos e apresenta como meta física o apoio aos juizados de violência doméstica contra a mulher. Esta atividade só aparece nas versões revisadas da PPA, em 2010 e 2011. Em 2010, foi prevista uma atividade de apoio aos juizados cuja dotação inicial foi de R\$ 605 mil, sendo gastos R\$ 760 mil. Para 2011, a revisão do PPA prevê duas atividades de apoio aos juizados. A previsão de gasto é de R\$ 481 mil. Até maio foram gastos 94% deste montante, R\$ 454 mil, indicando que a ação deve novamente liquidar acima do previsto.

Emendas

Desde 2007 até o ano vigente foram aprovadas nove emendas municipais com ações direcionadas à proteção, ao acolhimento e à saúde da mulher. Caso as emendas fossem realizadas, o montante total de gasto do Orçamento Mulher seria acrescido em aproximadamente R\$ 1 milhão por ano.

Já no estado, no período de 2008 a 2011, foram aprovadas 28 emendas legislativas que pretendiam atender diretamente às mulheres.

Em 2010, os gastos no estado foram de R\$ 2 milhões. Caso as emendas fossem realizadas, a despesa passaria para R\$ 3 mi-

lhões. Em 2011, foram realizados até junho R\$ 679 mil. Se essas emendas forem realizadas, poderão ser gastos mais de R\$ 2 milhões.

Tanto as emendas municipais quanto as estaduais não foram realizadas, ficando somente a intenção do que foi proposto pelo Legislativo.

Debate

A principal reflexão do debate está no fato de a Lei Maria da Penha ser um ponto de partida para a construção de uma sociedade com igualdade de gênero, pois prevê não só amparo à mulher vítima de violência física, mas também à vítima de violência psicológica e moral, além de reintegrar a mulher à sociedade.

Virgínia Berriel apresentou o Rio de Janeiro como um estado machista. Tal fato pode ser evidenciado não só nas atitudes dos homens em geral, mas também dos políticos. Ela lembrou a atitude do governador Sérgio Cabral em não criar uma secretaria da mulher.

A delegada Márcia Noeli apresentou um breve histórico da prática policial com as mulheres. Essa história tem início nos anos 1980, quando se começou a falar sobre a violência contra as mulheres nas instâncias policiais. Contudo, tanto as mulheres que procuravam a polícia ou as que nela ingressavam eram tratadas de modo machista.

Para Noeli, a Lei foi um im-

Tabela 2

Meta Física					
	2010	2011	2012	2013	Total
Método contraceptivo fornecido	6.500.000	7.500.000	8.000.000	8.500.000	30.500.000
Gestante atendida nos pólos de risco	5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
Execução Orçamentária (em R\$)					
	Previsto (A)	Liquidado (B)		(B)/(A)	
2010	9.304.916,62	3.218.779,28		34,6%	
2011	2.779.266,82	302.670,73		10,9%	

Fonte: PPA (2010-2013), Prestação de Contas 2010 e FINCON Maio/2011.

Tabela 3

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher					
Produtos	2008	2009	2010	2011	Total PPA
Casa-abrigo estadual para mulheres vítimas de violência	2	2	2	2	8
Mulher atendida em Centro Integrado	12.000	12.000	12.000	12.000	48.000
Mulher capacitada	2.500	2.500	2.500	-	7.500
Implementação do sistema de atendimento à mulher	50%	30%	20%	-	100%
Execução Orçamentária (em R\$)					
	Previsto (A)	Liquidado (B)		(B)/(A)	
2008	3.171.222,41	549.738,68		17,3%	
2010	2.694.379,05	1.319.091,37		49,0%	
2011	4.268.090,85	224.993,75		5,3%	

Fonte: PPA 2008/2011 e Portal Transparência do Estado RJ/ Junho 2011.

portante avanço. No entanto, sua aplicação não depende somente da atuação policial, mas também de todo o mecanismo do Poder Judiciário, que muitas vezes se mostra ineficiente ou incapacitado devido à complexidade jurídica.

A perspectiva do Judiciário foi tratada por Ana Paula Sciammarella, que vê a Lei como um importante mecanismo legal da política judicial de gênero, pois provoca o poder público a discutir a raiz da violência contra a mulher.

O debate evidenciou que a Lei não é uma solução para a

violência contra as mulheres, pois é uma lei ampla e complexa, que para ser efetivamente cumprida depende da integração do poder executivo com o judiciário. Este último muitas vezes se mostra incapacitado de lidar com esta lei.

De toda sorte, a Lei chama a atenção para a discussão de políticas de gênero, representando um grande passo para se pensar nas questões sociais que envolvem o sexo feminino inserido em uma sociedade machista.

¹ Todos os valores monetários estão deflacionados pelo IPCA de maio de 2011.

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do Corecon-RJ e de colaboradores. Nesta edição colaboraram:

No debate: Virgínia Berriel, Márcia Noeli, Ana Paula Sciammarella e Ruth E. S. de Mello.

Teatro: Centro do Teatro do Oprimido.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ

Coordenação: Cons. Renato Elman, Cons. Eduardo Kaplan, Econ. Ruth Espínola Soriano de Mello e Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Estagiários Fabio Pontes, Karine Vargas e Talita Araujo. fporiodejaneiro@gmail.com
2103-0121 e 2103-0120

A versão completa dos dados e análises tanto produzida pela equipe FPO quanto pelo debate realizado sobre este tema está disponível em www.corecon-rj.org.br/fporj.asp Próximo tema a ser abordado: **Copa e Olimpíadas.**

JE publicará resumo dos trabalhos vencedores do Prêmio Monográfico

■ O Jornal dos Economistas publicará os resumos dos três trabalhos mais bem colocados e da menção honrosa do Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado 2011. Será publicado um resumo de duas páginas por edição, de acordo com a ordem de classificação.

“A publicação dos trabalhos pelo Jornal dos Economistas, lido por economistas profissionais de todo o Estado do Rio, é motivo de prestígio para os autores, que são economistas recém-forma-

dos. Paralelamente, proporcionamos ao nosso leitor o acesso ao melhor da produção monográfica no estado,” afirma Edson Peterli Guimarães, coordenador titular do Prêmio de Monografia e conselheiro do Corecon-RJ.

A expectativa dos organizadores do Prêmio, no momento do fechamento desta edição, era de divulgar no início de agosto no site do Corecon-RJ (www.corecon-rj.org.br) a lista dos vencedores, assim também como o local e a data da cerimônia de premiação.

A novidade do certame deste ano é que a cerimônia deve acontecer na instituição de ensino do primeiro colocado, o que ainda estava para ser confirmado.

Na banca examinadora do Prêmio, a professora Maria Silvia Possas substituiu o professor Carlos Frederico Leão Rocha na vaga de examinador do IE-UFRJ. Os demais membros da banca são os professores Rodrigo Novinsk (IBMEC-RJ), Julio Russo (UFRJ) e Paulo Henrique Araujo (UFF).

DIA DO ECONOMISTA

Palestra seguida de coquetel:

A economia mundial e o Brasil: riscos, incertezas e perspectivas

Palestrantes: João Sicsú, Reinaldo Gonçalves e Luiz Carlos Delorme Prado

12 de agosto, às 18h30

Auditório da sede do Corecon-RJ, na Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	ABR A JUN/10	ABR A JUN/11	REFERÊNCIAS	ABR A JUN/10	ABR A JUN/11
ATIVO FINANCEIRO	4,823,568.57	5,475,013.99	PASSIVO FINANCEIRO	67,842.33	62,892.59
DISPONÍVEL	138,321.49	65,968.26	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	4,584,586.89	5,308,862.84	CONSIGNAÇÕES	6,714.40	8,555.28
REALIZÁVEL	63,259.65	62,782.35	CREDORES DA ENTIDADE	-	-
RESULTADO PENDENTE	37,400.54	37,400.54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	61,127.93	54,337.31
ATIVO PERMANENTE	14,176,380.74	15,680,157.07	RESULTADO PENDENTE	-	-
BENS PATRIMONIAIS	1,481,837.36	1,519,672.37	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	-	-
VALORES	1,117.64	1,117.64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	18,932,106.98	21,092,278.47
CRÉDITOS	12,693,425.74	14,159,367.06			
TOTAL GERAL	18,999,949.31	21,155,171.06	TOTAL GERAL	18,999,949.31	21,155,171.06
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS					
REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	ABR A JUN/10	ABR A JUN/11		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS					
ANUIDADES	333,296.78	196,098.74	ANUIDADES	(137,198.04)	-41.2
PATRIMONIAL	76,183.31	94,678.01	PATRIMONIAL	18,494.70	24.3
SERVIÇOS	9,479.54	14,230.39	SERVIÇOS	4,750.85	50.1
MULTAS E JUROS DE MORA		697.22	MULTAS E JUROS DE MORA	697.22	-
DÍVIDA ATIVA	176,210.38	174,036.91	DÍVIDA ATIVA	(2,173.47)	-1.2
DIVERSAS	38,540.63	102,084.78	DIVERSAS	63,544.15	164.9
TOTAL GERAL	633,710.64	581,826.05	TOTAL GERAL	(51,884.59)	-8.2
DESPESAS					
DE CUSTEIO	657,943.54	739,372.43	DE CUSTEIO	81,428.89	12.4
PESSOAL	335,239.47	388,254.93	PESSOAL	53,015.46	15.8
MATERIAL DE CONSUMO	6,763.02	10,536.06	MATERIAL DE CONSUMO	3,773.04	55.8
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	315,941.05	340,581.44	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	24,640.39	7.8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108,283.22	86,487.74	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(21,795.48)	-20.1
DESPESAS DE CAPITAL	858.99	15,209.67	DESPESAS DE CAPITAL	14,350.68	1670.6
TOTAL GERAL	767,085.75	841,069.84	TOTAL GERAL	73,984.09	9.6
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(133,375.11)	(259,243.79)	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(125,868.68)	94.4